

O discurso do desenvolvimento e as estratégias produtivas das famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Norte de Minas

Albér Carlos Alves Santos

Deyrison Lopes de Siqueira

David Souza Fernandes

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo realizar uma análise sobre algumas vertentes do conceito de “desenvolvimento” na América Latina, considerando as práticas produtivas adotadas pelas famílias de áreas de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região Norte de Minas Gerais. A metodologia utilizada na pesquisa que deu origem ao artigo combina revisão bibliográfica – com base em autores como: Esteva (2000), Escobar (2005), Quijano (2000; 2005), Fernandes (2000), Theis (2022) e Siqueira e Ferreira (2019) – e pesquisa participante (por meio da realização de atividades práticas junto às famílias assentadas). A partir da bibliografia levantada e dos relatos das práticas observadas nos assentamentos, percebe-se que essas famílias constroem formas de resistência em defesa da terra, desafiando o discurso hegemônico do desenvolvimento por meio de ações e práticas que rompem com a lógica exploratória do capital convencional.

Palavras-chave | Assentamentos; desenvolvimento; MST; Minas Gerais; produção de alimentos.

Classificação JEL | O10 Q13 Q15

The discourse of development and the productive strategies of the families from the Landless Rural Workers' Movement in northern Minas Gerais

Abstract

The main purpose of this article is to analyse some aspects of the concept of ‘development’ in Latin America, taking into account the production practices adopted by families in the Landless Rural Workers’ Movement (MST) settlements in the northern region of Minas Gerais. The

methodology used in the research that gave rise to the article combines a bibliographical review – based on authors such as Esteva (2000), Escobar (2005), Quijano (2000; 2005), Fernandes (2000), Theis (2022) and Siqueira and Ferreira (2019) – and participant research (by carrying out practical activities with the settled families). Based on the literature surveyed and the reports of the practices observed in the settlements, it can be seen that these families are building forms of resistance in defence of the land, challenging the hegemonic discourse of development through actions and practices that break with the exploitative logic of conventional capital.

Keywords | Development; food production; Minas Gerais; MST; settlements.

JEL Classification | O10 Q13 Q15

El discurso del desarrollo y las estrategias productivas de las familias del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra en el Norte de Minas

Resumen

Este artículo tiene como objetivo principal analizar algunas vertientes del concepto de “desarrollo” en América Latina, considerando las prácticas productivas adoptadas por las familias en áreas de asentamientos del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en la región norte de Minas Gerais. La metodología utilizada en la investigación que dio origen al artículo combina una revisión bibliográfica - basada en autores como Esteva (2000), Escobar (2005), Quijano (2000; 2005), Fernandes (2000), Theis (2022) y Siqueira y Ferreira (2019) - con una investigación participativa (mediante la realización de actividades prácticas junto a las familias asentadas). A partir de la bibliografía recopilada y de los relatos sobre las prácticas observadas en los asentamientos, se percibe que estas familias construyen formas de resistencia en defensa de la tierra, desafiando el discurso hegemónico del desarrollo a través de acciones y prácticas que rompen con la lógica explotadora del capital convencional.

Palabras clave | Asentamientos; desarrollo; MST; Minas Gerais; producción de alimentos.

Clasificación JEL | O10 Q13 Q15

Introdução

A proposta deste artigo é contextualizar a temática do desenvolvimento e analisar algumas iniciativas de resistência frente aos modelos convencionais desenvolvimentistas, que priorizam as relações econômicas próprias do modo capitalista de produção, em contraposição às soluções e tecnologias solidárias, de autodeterminação social e autogestão. Inicialmente, apresentamos uma discussão teórica sobre o conceito de desenvolvimento e suas implicações nas dinâmicas territoriais, especialmente em comunidades tradicionais e rurais. Em seguida, exploramos casos concretos que evidenciam os impactos do modelo de autogestão, destacando a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e

suas estratégias de agroecologia, como a experiência da “BioNatur” e o projeto “Cestas Agroecológicas da Reforma Agrária”. Por fim, refletimos sobre a importância dessas iniciativas na construção de alternativas sustentáveis e na preservação dos modos de vida dessas comunidades¹.

Inicialmente, destaca-se que o conceito de desenvolvimento é polissêmico, sendo que nas ciências sociais ele pode ser abordado sob diferentes perspectivas, o que gera uma considerável controvérsia em torno de seu significado. Diante disso, surgem alguns questionamentos: o que, de fato, constitui o desenvolvimento? Existe uma definição mais sólida que possa orientar o uso desse termo, especialmente a partir de práticas concretas em determinadas comunidades? Evidentemente a resposta para estas questões não é simples e exige esforço que vai além das pretensões deste texto. Assim, ao analisar a temática, como já apontado, nos deteremos às práticas produtivas adotadas por comunidades rurais ligadas ao MST em assentamentos no Norte do estado de Minas Gerais, próximas à cidade de Montes Claros. São casos concretos que sinalizam outros caminhos possíveis na ampliação do entendimento sobre o desenvolvimento.

Indicamos ainda que este trabalho se delineia, conforme Gil (2008), a partir de uma revisão e pesquisa bibliográfica, analisando o conceito de desenvolvimento e suas implicações, com base em práticas da agricultura camponesa em áreas de assentamentos do MST na Região Norte de Minas Gerais. Assim, pretendemos contribuir no debate sobre o tema, destacando autores que têm se dedicado a essa discussão na América Latina. O desenvolvimento é uma das questões mais debatidas nas ciências sociais, justamente por sua diversidade de abordagens e pela forma como, ao longo do tempo, foi ressignificado e revestido de novas interpretações. Como observa Rist (2002), o conceito se mantém continuamente renovado, assumindo um caráter quase dogmático, semelhante a uma crença.

Nessa perspectiva, o termo “desenvolvimento” carrega uma significativa carga simbólica para as comunidades e povos tradicionais, que travam uma luta constante para preservar seus territórios, mantendo vivas suas tradições, modos de vida e memórias – elementos essenciais de suas resistências.

É importante destacar que a base teórica que sustenta as reflexões deste trabalho sobre o conceito de desenvolvimento fundamenta-se, principalmente, nas obras de Esteva (2000), Escobar (2005) e Quijano (2000; 2005), cujas contribuições ajudam a problematizar as dinâmicas de poder e os impactos desse conceito sobre essas comunidades. Destaca-se também a análise de Theis (2022) sobre os significados da

¹ Este trabalho resulta das reflexões e pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

noção de desenvolvimento que orientam a perspectiva sobre “desenvolvimento regional” no Brasil.

Uma das características da ideia e das práticas de desenvolvimento é que elas estão diretamente relacionadas à agenda de interesses do capital². Essa dinâmica se evidencia na implementação de grandes projetos na América Latina nos últimos anos, conduzidos por conglomerados empresariais capitalistas. Destaca-se, nesse contexto, o protagonismo das multinacionais e o papel central do agronegócio, impulsionado por políticas que favorecem sua expansão. A ironia reside na proximidade do Estado com esses empreendimentos, estabelecendo uma relação de apoio direto, por meio de incentivos fiscais e financeiros. Nesse cenário, surgem promessas ilusórias de desenvolvimento em determinadas regiões e territórios, que, na prática, raramente se concretizam.

Emerge, assim, um dilema significativo decorrente dessa visão fantasiosa de desenvolvimento, que ignora completamente o fato de que muitos desses espaços correspondem a territórios de povos e comunidades tradicionais do campo. Nesse cenário, essas populações enfrentam os impactos adversos do modelo hegemônico de desenvolvimento, uma vez que seus modos de vida são desconsiderados e frequentemente desrespeitados. Como resultado, essas comunidades se tornam vítimas das consequências negativas desse processo, sofrendo com a perda de território, degradação ambiental e desestruturação de suas práticas socioculturais.

Para Quijano (2005), o termo “desenvolvimento” tem origem em uma estratégia colonialista adotada por países considerados desenvolvidos. Esses países impõem seus projetos em regiões rotuladas como “subdesenvolvidas”, promovendo a disseminação de produtos, serviços, tecnologias e conhecimentos alinhados aos interesses do capital. Esse processo não apenas gera lucro e acumulação de riqueza para grupos de investidores ligados a esses setores específicos, mas também expande outras formas de exploração econômica, aprofundando a dependência e a subordinação dessas regiões.

Portanto, é fundamental que os sujeitos diretamente afetados pelas ações do capital construam alternativas que se contraponham à lógica dominante do sistema capitalista, tanto no campo quanto na cidade, com destaque para características como as apontadas em Theis (2022, p. 19) de “autêntica emancipação social e autonomia individual e coletiva”. Nesse sentido, nossa pesquisa evidencia que o

² Sobre os interesses do capital, ou o termo capital utilizado ao longo do trabalho, fazemos referência ao modo de produção capitalista e as desigualdades inerentes a ele. Nesse sentido são as formas hegemônicas de beneficiar apenas uma elite (dominante) proponente dos grandes empreendimentos de desenvolvimento, que desconsideram outras formas (contra-hegemônicas) de distribuição da riqueza socialmente produzida. Aqui, por exemplo, trataremos as práticas de comercialização do MST como um contraponto aos interesses do capital. Não faremos uma discussão específica sobre o conceito de capital, uma vez que não é o objetivo desse trabalho.

MST desenvolve projetos alternativos capazes de desafiar e reverter a lógica predatória inerente ao capitalismo, consolidando estratégias de autogestão. Destacamos que este trabalho se afasta de uma visão de desenvolvimento restrita à esfera econômica, adotando um enfoque que integra dimensões culturais, sociais e ambientais. Essa perspectiva deve ser analisada tanto qualitativa quanto quantitativamente com o objetivo de promover, de fato, a qualidade de vida das pessoas.

Nesse contexto, torna-se fundamental identificar caminhos e iniciativas que preservem os modos de vida de povos e comunidades em suas diversidades, ao mesmo tempo em que promovam um modelo alternativo de “*desenvolvimento*” em harmonia com o meio ambiente. Em um cenário marcado pelo avanço predatório do agronegócio, que ocupa territórios e ameaça modos de vida tradicionais, a valorização e a proteção dessas comunidades são atos essenciais de resistência, garantindo não apenas sua sobrevivência, mas, também, a continuidade de suas formas de vida e saberes.

Destacamos, ainda, que é essencial que o debate sobre o conceito de “*desenvolvimento*” seja promovido com foco no bem-estar das pessoas, ao mesmo tempo em que se busca a redução das desigualdades sociais, tanto no campo quanto na cidade. Esse debate contribui para o fortalecimento das identidades e prioridades individuais e coletivas, promovendo autonomia produtiva e geração de renda por meio de direitos concebidos para distintos setores.

É no contexto apontado acima que este estudo aponta algumas alternativas concretas desenvolvidas por famílias assentadas ligadas ao MST, que se contrapõem ao modelo exploratório do capital. Essas alternativas abrangem tanto a produção quanto a comercialização de alimentos em áreas urbanas e rurais, promovendo formas de produção baseadas nos princípios da agroecologia (Frade; Sauer, 2017), na cooperação e na criação de mercados alternativos de comercialização.

Nessa perspectiva, por meio da pesquisa participante e das visitas às áreas de assentamento na Região Norte de Minas Gerais, constata-se que as famílias produzem certa diversidade de alimentos agroecológicos, incluindo hortaliças, frutas e leguminosas. Essa produção ocorre sem a dependência dos pacotes tecnológicos do agronegócio, que frequentemente envolvem o uso intensivo de produtos químicos e sementes transgênicas.

Além disso, no âmbito da comercialização, essas famílias, organizadas pelo MST, têm desenvolvido alternativas como feiras locais e estaduais, vendas diretas e comercialização nos próprios locais de produção. Essas práticas se diferenciam da lógica da produção em larga escala, que destina produtos às grandes redes de supermercados, geralmente controladas pelo capital hegemônico.

Destacamos que essa nova perspectiva de produção e distribuição permite que os produtos cheguem diretamente do produtor ao consumidor, eliminando as barreiras impostas pela lógica comercial capitalista, que prioriza o lucro de apenas uma das

partes. Diferente do modelo convencional, em que os alimentos passam por múltiplas etapas de processamento antes de chegarem ao consumidor final, essa abordagem oferece uma alternativa mais saudável e acessível.

É importante mencionar o compromisso das famílias camponesas em garantir ao consumidor o acesso a produtos de origem mais saudável. Além disso, é fundamental que os consumidores tenham a segurança de que esses alimentos são produzidos com práticas e técnicas tradicionais e agroecológicas, preservadas pelas famílias camponesas nas áreas de assentamentos. Essa abordagem não apenas fortalece a resistência e a sobrevivência desses povos, mas contribui ativamente para a manutenção dos modos de vida no campo.

Sobre o conceito de desenvolvimento

Apresentado como a única solução para as disparidades, sobretudo as econômicas, o “desenvolvimento” transformou-se em uma crença inabalável, uma espécie de fé que encanta e, ao mesmo tempo, serve de engodo para aqueles que questionam as desigualdades do modo de produção capitalista. A resposta recorrente para essas desigualdades tem sido sempre mais desenvolvimento, como se essa fosse a única alternativa viável. No entanto, após décadas de aplicação desse modelo, com doses cada vez maiores do mesmo remédio, torna-se fundamental questionar essa lógica, ao menos para abrir espaço para outras possibilidades.

Atualmente, as discussões sobre o conceito de “desenvolvimento” têm sido amplamente guiadas pela lógica do capitalismo, servindo como um instrumento para a expansão do capital. Essa dinâmica se manifesta na implementação de projetos que exploram os recursos naturais, fortalecem redes de empresas multinacionais e impõem formas de subjugação tanto às populações urbanas quanto às rurais. No entanto, essa abordagem muitas vezes constrói uma percepção distorcida da realidade, ao apresentar uma aparente melhoria na qualidade de vida e uma suposta ampliação de oportunidades, enquanto que, na prática, perpetua desigualdades e reforça uma narrativa hegemônica.

Portanto, torna-se imperativo enfrentar essa realidade e propor abordagens que critiquem de forma efetiva determinadas concepções de “desenvolvimento”. Esse termo tem sido utilizado para justificar diversas ações que impõem controle territorial e social sobre comunidades e povos tradicionais, bem como sobre outros grupos que, embora não sejam reconhecidos oficialmente como povos tradicionais, também possuem modos de vida e relações com o território distintas da lógica dominante. Essas populações incluem, por exemplo, pequenos agricultores familiares, camponeses, quilombolas em processo de regularização fundiária e comunidades periurbanas que dependem de práticas agroecológicas para sua subsistência. O avanço dessas agendas capitalistas tem gradualmente suprimido

práticas e tradições locais, desconsiderando a diversidade de formas de vida e organização social presentes nesses territórios.

A princípio, a ideia de desenvolvimento implica a mobilização política de uma comunidade para atingir seus próprios objetivos (Esteva, 2000), sendo a capacidade dos atores de uma comunidade gerir os conflitos entre eles que resultem das contradições da vida em comum (Bajoit, 2022). Contudo, na prática, frequentemente presenciamos a implementação de medidas que beneficiam unicamente a elite³ capitalista, resultando na destruição do meio ambiente e dos recursos naturais das comunidades rurais. Essas comunidades, ao resistirem às pressões externas que ameaçam seus modos de vida, configuram-se como territórios de resistência – espaços onde populações tradicionais e outros grupos sociais lutam ativamente para manter suas práticas culturais, produtivas e sociais perante ameaças impostas por modelos hegemônicos de desenvolvimento. Esses territórios são marcados por estratégias coletivas de enfrentamento, como a agroecologia, a autogestão e a reivindicação por direitos territoriais.

Nesse sentido, os discursos que enfatizam apenas os aspectos econômicos e políticos apresentam o “desenvolvimento” como uma força determinante, supostamente voltada para o benefício da sociedade. Dessa forma, o termo ocupa uma posição central dentro de um conjunto de influências extremamente poderosas. No pensamento contemporâneo poucos conceitos exercem um impacto tão significativo sobre a forma de pensar e agir das pessoas quanto o desenvolvimento (Esteva, 2000).

Assim, o termo “desenvolvimento” tem sido estrategicamente utilizado pelas nações consideradas desenvolvidas para promover seus próprios interesses nos países considerados periféricos. Como aponta Esteva (2000), o subdesenvolvimento não é apenas uma ameaça latente, mas uma realidade já consolidada. Essa condição se manifesta por meio de processos de subordinação, discriminação e opressão, nos quais as nações periféricas são induzidas a acreditar que o desenvolvimento representa a solução para todos os seus problemas, quando, na verdade, ele serve para perpetuar sua dependência e fragilidade.

Essa dinâmica é particularmente evidente em diversas regiões da América Latina, como a Amazônia, o Cerrado brasileiro e áreas andinas do Peru e da Bolívia. Na Amazônia, megaprojetos de infraestrutura, como rodovias e hidrelétricas, impulsionam o desmatamento e impactam negativamente comunidades indígenas e ribeirinhas. No Cerrado, a expansão do agronegócio para monoculturas de soja e milho tem levado ao deslocamento de comunidades quilombolas e camponesas,

³ O conceito de elites está ligado à ideia de poder. Para Bobbio (1998), em toda a sociedade existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Nesse sentido, a elite capitalista que aqui mencionamos é a detentora do poder econômico político e ideológico.

além da degradação dos recursos hídricos. Já nas regiões andinas, a mineração em larga escala tem causado contaminação do solo e da água, afetando populações locais e aprofundando desigualdades socioeconômicas.

Nesse contexto, a metáfora do desenvolvimento consolidou a hegemonia global de uma visão historicamente ocidental, negando a diversos povos e comunidades a possibilidade de moldar suas próprias estruturas sociais (Esteva, 2000). Esse processo ocorre por meio da colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2000; 2005), sustentada pela supremacia do capitalismo sobre diferentes esferas de controle, especialmente nos países classificados como subdesenvolvidos. Essa dominação é reforçada por meio de mecanismos legais e regulatórios estatais, que legitimam relações desiguais e perpetuam dinâmicas de exploração e submissão, onde as necessidades das populações são subordinadas às exigências do sistema capitalista.

Nessa perspectiva, a lógica subjacente ao termo “desenvolvimento”, habilmente empregada como uma ideia ilusória, está ancorada na noção de progresso e melhoria da qualidade de vida. Trata-se de uma narrativa que, em certa medida, aprisiona as pessoas, funcionando como um instrumento de dominação utilizado pelos países desenvolvidos para subjugar aqueles (pretensamente) em desenvolvimento. Conforme argumenta Esteva (2000), essa concepção impõe um modelo único de organização social e econômica, desconsiderando as particularidades culturais e históricas de cada povo, perpetuando, assim, relações de dependência e subordinação.

A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável. Até hoje a palavra retém o significado que lhe foi dado há um século por Haeckel, o criador da ecologia: “A partir desde momento, o desenvolvimento é a palavra mágica que irá solucionar todos os mistérios que nos rodeiam ou, pelo menos, que nos irá guiar até essas soluções” (Esteva, 2000, p. 64-65).

Dessa forma, torna-se essencial discutir abordagens que problematizem as propostas formuladas pelo capital sob a égide do termo “desenvolvimento” e sua lógica hegemônica. Para tanto, é fundamental conceber alternativas que possam superar os mecanismos de exploração (neo)colonial e a acumulação primitiva do capital. Nesse contexto, destaca-se a importância do fortalecimento, reconhecimento e visibilidade das iniciativas de participação social, do compartilhamento solidário do conhecimento, do desenvolvimento político como

instrumento de empoderamento coletivo e da valorização do saber local. Esses elementos constituem pilares fundamentais para a autonomia, resistência e autogestão das comunidades urbanas e rurais, que são diretamente impactadas por práticas excludentes e exploratórias.

Sob essa perspectiva, embora os autores citados apresentem uma análise abrangente e enriquecedora sobre o conceito de “desenvolvimento” e as múltiplas discussões que dele emergem, é evidente que essa noção tem imposto uma série de desafios sociais às nações classificadas como subdesenvolvidas. Esses desafios se manifestam de diversas formas, desde o deslocamento e a expulsão de populações de seus territórios até a perda total da autonomia nos processos produtivos, essenciais para a subsistência dos trabalhadores rurais. Em contraposição a essa realidade, uma saída talvez seja enfatizar que o verdadeiro propósito do desenvolvimento deveria estar centrado no ser humano, e não apenas na progressão das coisas, como aponta Theis (2022) com coragem para contemplar um horizonte utópico rumo à autodeterminação social.

É fundamental destacar que, conforme Quijano (2000), a sociedade capitalista consolida sua influência por meio de múltiplas formas de dominação, exploração e conflito, que se manifestam principalmente por meio de mecanismos de controle produtivo. Esses processos aprofundam as desigualdades entre indivíduos e territórios, intensificando a concentração de poder e riqueza. Diante disso, torna-se essencial ampliar o debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, considerando os impactos das ações capitalistas ao longo da história, que resultaram na exploração não apenas dos recursos naturais, mas, também, das populações.

Nesse contexto, o debate sobre as concepções de “desenvolvimento” está intrinsecamente ligado à trajetória histórica da dominação colonial europeia, que, por meio de seus mecanismos de controle, impôs modelos econômicos e sociais baseados na exploração (Quijano, 2005). Essa abordagem hegemônica privilegia o crescimento econômico em detrimento de outras formas de organização social, desconsiderando a diversidade de modos de vida e sistemas produtivos. Como destaca Esteva (2000), nesse processo, a economia se sobrepõe a todas as demais formas de interação social, subordinando-as à lógica da acumulação de capital.

Esse fenômeno é inegável, dada a multiplicidade de formas de exploração, subjugação, controle e devastação que, ao longo da história, têm sido perpetradas pelo capitalismo hegemônico. Ao priorizar exclusivamente os aspectos econômicos, essas ações frequentemente se manifestam de maneira violenta e, em muitos casos, genocida, impactando profundamente as comunidades, seus territórios e suas culturas. Como consequência, observa-se a desvalorização de outras formas de organização social e modos de vida, reforçando a marginalização de saberes e práticas tradicionais.

Dessa conjuntura emergem os mecanismos impostos pela lógica capitalista de mercado, que restringem a autonomia dos indivíduos, tornando-os dependentes de

um sistema totalizante. Esse modelo, fundamentado na mercantilização generalizada, converte bens, saberes e até relações sociais em mercadorias, priorizando exclusivamente a geração de lucro. Nesse contexto, Esteva (2000) destaca que esse arranjo fragiliza os indivíduos, cuja subsistência passa a estar inevitavelmente atrelada às dinâmicas do mercado, limitando suas possibilidades de autodeterminação.

Nessa perspectiva, é evidente que, ao longo da história, o capitalismo estruturou mecanismos econômicos que, de forma progressiva, suprimiram as organizações comunitárias e os modos tradicionais de reprodução social. Conforme expõe Esteva (2000), esse processo resultou na desintegração de formas autônomas de subsistência, subordinando-as às dinâmicas do mercado e às exigências do capital.

Nessas novas comunidades existem formas de interação social que surgiram somente na época posterior à Grande Guerra. Ainda assim, os habitantes desses espaços são herdeiros de um conjunto diversificado de prioridades coletivas, comunidades e até culturas inteiras que foram destruídas pelo modo econômico e industrial de interação social. Após a extinção de suas formas de subsistência, tentaram adotar várias maneiras de adaptação ao modo de vida industrial (Esteva, 2000, p. 77).

A dinâmica operacional do capitalismo, estruturada pelas normativas econômicas do mercado, resulta na marginalização das populações e na criação contínua de novas necessidades para a sociedade. Esse processo mantém os indivíduos em uma posição de constante dependência, submetidos aos anseios, interesses e expectativas incessantemente moldados pelas engrenagens do sistema capitalista.

Nesse sentido, um dos aspectos mais relevantes nos processos recentes de regeneração das comunidades formadas por homens e mulheres comuns é a retomada da autonomia na definição de suas próprias necessidades. Essa autonomia, que havia sido suprimida pelo modelo hegemônico de desenvolvimento, representa um movimento de resistência e reconstrução social (Esteva, 2000).

De maneira encorajadora, e em contraposição à lógica opressiva imposta pelo mercado capitalista convencional e conservador – que impõe regras e normas sobre as pessoas –, têm surgido experiências inovadoras em diversas comunidades rurais, movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs). Essas iniciativas coletivas e solidárias não apenas fortalecem a luta e a resistência contra a expropriação territorial, mas também reafirmam a importância dos territórios como espaços fundamentais para a cultura, o lazer e a reprodução da vida.

Nessa perspectiva, apesar de todas as dificuldades, observa-se um movimento significativo de iniciativas tanto nas áreas rurais quanto urbanas da América Latina.

Essas ações locais representam formas de resistência e busca por autonomia, contrapondo-se aos processos históricos de colonização e neocolonização impostos pelo capitalismo hegemônico. Comunidades locais têm trilhado novos caminhos, conquistando maior autonomia na produção de alimentos e assumindo a organização e gestão de seus territórios. Além disso, iniciativas baseadas na solidariedade e na cooperação, bem como a criação de redes de comercialização locais, vêm sendo fortalecidas por diferentes atores e comunidades. Esses esforços não apenas promovem a sustentabilidade e a valorização dos saberes tradicionais, mas também capacitam populações historicamente marginalizadas a desenvolver novas habilidades e construir alternativas viáveis diante da dominação do capital.

Esses processos desempenham um papel fundamental, pois, por meio das práticas locais de organização e gestão dos territórios, são construídas alternativas que desafiam a hegemonia imposta pelas elites dominantes. O fortalecimento de iniciativas baseadas na cooperação, solidariedade e colaboração, aliado à construção de uma identidade política, econômica e ambiental, constitui um caminho essencial para a promoção de modelos de desenvolvimento territorial mais justos e sustentáveis. Essas iniciativas buscam reconhecer e valorizar as diversidades e contradições presentes nos territórios, sempre orientadas pelo compromisso com o bem coletivo e a justiça social.

Estratégias do MST em contraposição a um modelo de desenvolvimento do capital no campo

Historicamente, o MST tem se destacado por promover um debate profundo e crítico sobre as complexas contradições econômicas, políticas e sociais que atravessam a sociedade (Fernandes, 2000). Essas contradições resultam de dinâmicas opressivas do capital, manifestando-se nas práticas concentradoras dos latifundiários e nas estratégias expansionistas das multinacionais voltadas à produção e comercialização de insumos transgênicos. Ao enfrentar essas questões, o MST não apenas denuncia as desigualdades estruturais, mas também propõe alternativas voltadas à democratização da terra e à construção de um modelo de produção agroecológico e sustentável.

Além disso, é fundamental considerar os impactos dos avanços científicos e tecnológicos, que, embora representem conquistas significativas, são frequentemente impulsionados por interesses do capital. Esse processo resulta na constante modernização das forças produtivas, promovendo transformações profundas nas relações sociais e de produção no campo. Contudo, essa modernização nem sempre ocorre de forma inclusiva, muitas vezes intensificando a concentração de terras, a dependência de insumos industrializados e a exclusão de pequenos produtores.

Nesse contexto, Escobar (2005) destaca a importância de explorar alternativas à modernidade, buscando paradigmas que priorizem a reprodução da vida e promovam uma nova relação entre seres humanos e não humanos. Na América Latina, essa perspectiva se manifesta em diversas iniciativas comunitárias, nas quais os territórios se tornam espaços de resistência e inovação. Essas comunidades têm desenvolvido práticas sustentáveis baseadas no conhecimento tradicional, na agroecologia e na autogestão, desafiando os modelos hegemônicos de desenvolvimento e reafirmando outras formas de organização social e produtiva.

Destaca-se que o modelo hegemônico de produção no campo tem sido baseado na industrialização, sustentado pela narrativa da modernização. Essa estratégia visa perpetuar o monopólio sobre a terra, os insumos, a mão de obra e o mercado, impondo as práticas perversas do capitalismo agrário. Essas dinâmicas retiram a autonomia dos agricultores, especialmente no que diz respeito aos processos produtivos, tornando-os dependentes dos pacotes tecnológicos fornecidos por corporações multinacionais. Além disso, a produção capitalista intensifica a disputa pela posse da terra e fortalece o agronegócio, frequentemente em detrimento dos agricultores familiares e camponeses que trabalham no campo.

É evidente que, no contexto do agronegócio, os meios de produção agrícola repetidas vezes deixam de priorizar a produção de alimentos para atender às exigências de um mercado globalizado. Esse mercado, dominado por transnacionais do setor, opera sob um forte apelo ideológico voltado para os interesses do capital, em detrimento de outras formas de agricultura que, de fato, são sustentáveis (Frade; Sauer, 2017).

Diante das ações de subordinação fomentadas pelo poder do capital nos setores agrícola e mineral, que mantêm comunidades e regiões inteiras da América Latina sob domínio, torna-se necessário repensar a abordagem analítica. Como apontou Esteva (2000), para essas populações historicamente marginalizadas, desligar-se da lógica do mercado convencional tornou-se uma condição essencial para a sobrevivência. Nesse contexto, o MST, no Norte de Minas, tem desenvolvido estratégias de produção e comercialização que rompem com a lógica exploratória do sistema capitalista.

Essas iniciativas abrangem o debate sobre a produção agroecológica nos assentamentos, fundamentadas na eliminação do uso de produtos químicos, na preservação ambiental e na valorização das práticas cooperativas de trabalho. Além disso, promovem a comercialização da produção em mercados alternativos, como feiras, entregas domiciliares e vendas diretas nos locais de produção. Essas iniciativas têm sido fundamentais para as famílias assentadas, garantindo-lhes autonomia tanto no processo de produção quanto na comercialização de seus produtos. Ao venderem diretamente aos consumidores, elas evitam a dependência dos preços impostos pelo mercado convencional, fortalecendo sua sustentabilidade econômica e social.

Atualmente, o MST coordena quatro áreas de assentamento na Região Norte de Minas Gerais: o Assentamento Estrela do Norte, em Montes Claros; o Assentamento Darcy Ribeiro, em Capitão Enéas; o Assentamento São Francisco, no município de São Francisco; e o Assentamento Eloy Ferreira, em Engenheiro Navarro. Nessas áreas, as famílias desenvolvem a produção de uma ampla variedade de alimentos, destinados tanto ao consumo próprio quanto à geração de renda.

Além disso, nas áreas de assentamento da região, desenvolvem-se outros processos produtivos, conforme destacado por Siqueira e Ferreira (2019).

O processo de produção de sementes agroecológicas em áreas de Reforma Agrária na região Norte de Minas, vem sendo desenvolvido em dois assentamentos do MST atualmente, organizados através da Cooperativa Camponesa Veredas da Terra. Os camponeses-assentados(as), sócios da cooperativa, possuem em cada área de Assentamento os coletivos de produção de sementes. Essa produção de sementes de hortaliças agroecológicas no Norte de Minas Gerais, principalmente a partir do ano de 2015, vem sendo realizada nos Assentamentos Estrela do Norte com a produção de berinjela e jiló, e no Darcy Ribeiro com a cultura de tomate, e com proposta de produção de outras variedades, principalmente as que apresentem a possibilidade de extração de subprodutos (Siqueira; Ferreira, 2019, p. 121).

Nesse sentido, a BioNatur⁴ se destaca como uma iniciativa pioneira da agroecologia dentro do MST. Fundada no final da década de 1990, no Rio Grande do Sul, a BioNatur surgiu a partir da organização de famílias assentadas que buscavam alternativas sustentáveis à produção convencional. Inicialmente voltada para a produção de sementes de hortaliças convencionais, a cooperativa passou a adotar sistemas agroecológicos há 21 anos, antes mesmo da agroecologia se tornar um eixo político central do MST (MST, 2018). Ao longo do tempo, a BioNatur consolidou-se como uma das principais referências na produção e distribuição de sementes

⁴ A Rede de Sementes Agroecológicas BioNatur é uma cooperativa de agricultores e agricultoras assentados pela Reforma Agrária, produtores de sementes de diversas espécies de hortaliças, plantas ornamentais, forrageiras e grãos, em sistemas de produção de base agroecológica. A opção pela agroecologia tornou a BioNatur uma experiência pioneira no Brasil e na América Latina. Esta experiência iniciada por 12 famílias assentadas nos municípios de Candiota e Hulha Negra, no estado do Rio Grande do Sul, hoje envolve mais de 350 famílias, nos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. O principal objetivo é produzir e comercializar sementes agroecológicas que possam ser cultivadas, multiplicadas, conservadas e melhoradas pelos agricultores que as adquirem, expressando seu potencial produtivo e sua capacidade de adaptação às diferentes regiões do Brasil.

agroecológicas no Brasil, fortalecendo a autonomia dos assentados e contribuindo para a soberania alimentar. Criada com o objetivo de fortalecer a autonomia das famílias assentadas, a BioNatur promove a produção de sementes livres de transgênicos e agrotóxicos, garantindo maior diversidade genética e sustentabilidade ambiental. A importância desse trabalho vai além da comercialização de sementes, pois contribui para a soberania alimentar, reduz a dependência dos agricultores camponeses em relação às grandes corporações e fortalece práticas agrícolas que respeitam os ciclos naturais e a biodiversidade.

Essas estratégias têm desempenhado um papel fundamental para as famílias assentadas, oferecendo alternativas significativas em diversas dimensões. Nesse sentido, de acordo com Siqueira e Ferreira (2019) a produção de sementes, além de fortalecer a soberania alimentar, contribui para a geração de renda complementar às unidades familiares camponesas. No entanto, grande parte dessa renda provém do beneficiamento dos subprodutos resultantes do processo de extração das sementes, o que tem sido um fator determinante para o fortalecimento dos grupos de mulheres nos dois assentamentos onde há núcleos de produção de sementes.

Outra iniciativa relevante do MST, observada na cidade de Montes Claros, é o projeto “Cestas Agroecológicas da Reforma Agrária”, que promove a comercialização de alimentos agroecológicos produzidos em áreas de assentamentos nos mercados alternativos da cidade. Esse projeto, presente em todos os estados que possuem assentamentos e acampamentos do MST, busca fortalecer a agricultura camponesa e a soberania alimentar, além de aproximar produtores e consumidores. As cestas incluem uma diversidade de produtos, como hortaliças (alface, couve, rúcula, cenoura, beterraba, tomate, alho, repolho e cebolinha), frutas (banana, mamão, limão, acerola e laranja), leguminosas (feijão, fava e milho), além de mel, farinha de mandioca, polpas de frutas e outros alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos.

A organização das cestas representa uma importante ferramenta de diálogo com a sociedade, tendo como foco a garantia da segurança alimentar. Essa iniciativa reúne a produção de alimentos saudáveis – como legumes, verduras, hortaliças, tubérculos, conservas e frutas – cultivados sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. A pesquisa revelou que, na cidade de Montes Claros, por exemplo, o MST tem desenvolvido esse projeto há dois anos, fortalecendo a relação entre o campo e a cidade. Nesse sentido, se assemelha com os exemplos apontados em Theis (2022, p. 19), pois são iniciativas “que radicam na transformação social desde abaixo que impulsiona para a autodeterminação social”.

De forma coletiva, o MST tem atuado ativamente junto às famílias assentadas na construção de alternativas que ampliam a visibilidade e o reconhecimento de formas diferenciadas de organizar a produção agrícola e a comercialização dos produtos. Destacam-se, especialmente, as iniciativas voltadas para mercados alternativos, que

se distanciam das diretrizes e regulamentações impostas pela lógica do mercado capitalista convencional.

Destaca-se a relevância dessas iniciativas, que buscam reconfigurar o paradigma de subordinação das pessoas às diretrizes do mercado capitalista convencional, conforme enfatiza Escobar (2005, p. 68):

O capitalismo foi investido de tal predominância e hegemonia que se tornou impossível pensar a realidade social de outra maneira, muito menos imaginar a supressão do capitalismo; todas as outras realidades (economias de subsistência, economias biodiversificadas, formas de resistência do Terceiro Mundo, cooperativas e iniciativas locais menores) são vistas como opostas, subordinadas ao capitalismo ou complementares a ele, nunca como fontes de uma diferença econômica significativa.

Com o propósito de transformar essa realidade, o MST tem se dedicado à consolidação e expansão das feiras urbanas, da comercialização direta e das vendas nos próprios locais de produção. Nessas instâncias, os camponeses e camponesas mantêm autonomia na definição dos preços, na quantidade a ser produzida e na gestão do tempo de trabalho. Esse processo fortalece as práticas de cooperação tanto na produção quanto na comercialização, abrindo margem para pensarmos em um novo horizonte possível, assim como apontado na pesquisa de Theis (2022, p. 19):

Uma expectativa não manifesta é a de que resultados e proposição possam subsidiar uma nova agenda, que passe a ter em conta a possibilidade de se retirar a noção de desenvolvimento do horizonte utópico em favor de uma alternativa que signifique impulso para a autodeterminação social por parte das/dos dominadas/os, das/dos que não vivem de trabalho alheio.

As práticas citadas anteriormente são fundamentais para as famílias camponesas assentadas na região, pois contribuem para o fortalecimento e reconhecimento das identidades locais e culturais, além de reforçarem a defesa do território como espaço de reprodução da vida familiar. Também promovem a autonomia política e a gestão dos assentamentos, permitindo o acesso a novas práticas de desenvolvimento que efetivamente melhoram a qualidade de vida das comunidades.

Considerações finais

A discussão aqui apresentada reforça que a superação do conceito hegemônico de “desenvolvimento”, atrelado aos interesses do capital, exige tanto um aprofundamento no debate teórico quanto a implementação de práticas sociais que viabilizem alternativas ao modelo dominante do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, as experiências das áreas de assentamento do MST no Norte de Minas Gerais, especialmente na região de Montes Claros, exemplificam caminhos concretos para essa transformação. É fundamental dar visibilidade e reconhecimento às ações dessas comunidades, historicamente marginalizadas pelos interesses do sistema capitalista, seja no campo ou na cidade.

Sob essa perspectiva, ao considerarmos as lutas e experiências do MST à luz da bibliografia aqui apresentada, torna-se essencial traçar um balanço histórico das principais problemáticas geradas pelas práticas capitalistas contemporâneas. Essa retrospectiva destaca a importância da valorização dos grupos marginalizados, ao mesmo tempo em que evidencia a existência concreta de iniciativas locais construídas sob outras perspectivas, em contraposição ao caráter exploratório e excludente do modelo capitalista na América Latina e nos países considerados subdesenvolvidos. Nesse contexto, as famílias das comunidades rurais ligadas ao MST, nos assentamentos do Norte de Minas Gerais, têm consolidado sua resistência em defesa da terra, desafiando o discurso hegemônico do desenvolvimento por meio de práticas que rompem com a lógica exploratória do capital convencional.

É importante destacar que, diante das estratégias das grandes empresas capitalistas, articuladas com o Estado e o poder econômico, o discurso do “desenvolvimento” tem sido utilizado para justificar ações que, em vez de promoverem melhoria na qualidade de vida das pessoas, causam impactos negativos às comunidades e ao meio ambiente. Nesse contexto, torna-se essencial superar essa lógica e fortalecer as iniciativas das comunidades rurais e das famílias assentadas do MST, que, por meio da agroecologia, da cooperação e da comercialização direta, constroem alternativas sustentáveis. Essas práticas rompem com a lógica da acumulação capitalista, promovendo autonomia, soberania alimentar e a preservação dos territórios.

Por fim, deposita-se a esperança de que a lógica de subjugação, exploração, desrespeito e acumulação, características das práticas capitalistas convencionais, possa ser superada por iniciativas emergentes das comunidades rurais. Essas experiências, já em curso em diversos territórios da América Latina, como no Norte de Minas Gerais, buscam fortalecer valores de cooperação, solidariedade e comércio justo, ao mesmo tempo em que promovem a produção agroecológica, o respeito à natureza e a preservação dos recursos naturais, entre outros benefícios.

Referências

- BAJOIT, Guy. Para repensar a questão do desenvolvimento. In: ESTIVILL, Jordi; BALSA, Casimiro (Org.). **Economia local, comunitária e solidária: o desenvolvimento visto de baixo**. Lisboa: Húmus, 2022, v. 1, p. 34-64.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 385-391.
- ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento?** Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- FRADE, Fernanda T.; SAUER, Sérgio. O MST e a experiência de agroecologia em assentamentos de reforma agrária no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 2, n. 3, 2017.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MST. **Agroecologia**. Disponível em:
<https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130. (Perspectivas latinoamericanas).
- QUIJANO, Anibal. El fantasma del desarollo em América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales** (6) 2, 2000, p. 38-55.
- RIST, Gilbert. La invención del desarrollo. In: **El desarrollo: historia de una creencia occidental**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2002. p. 83- 96.
- SIQUEIRA, D. L; FERREIRA, G. H. C. Produção de sementes de hortaliças agroecológicas: o caso da BIONATUR nas áreas de assentamentos do MST no norte de Minas Gerais. **Geopauta**, v. 3, n. 2, p. 111-126, 2019.

THEIS, Ivo Marcos. *Hic et nunc: qual concepção de desenvolvimento quando se trata de desenvolvimento regional?* **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202224pt>

Data de submissão: 09/09/2023

Data de aprovação: 18/02/2025

Revisão: Daniela Matthes (português), Ana Clara Medina Menezes de Souza (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Albér Carlos Alves Santos

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social / Universidade Estadual de Montes Claros (Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro)
Avenida Prof. Rui Braga, s/n – Vila Mauricéia
39401-089 Montes Claros/MG, Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4085-6642>
E-mail: alber15369@gmail.com

Deyvison Lopes de Siqueira

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social / Universidade Estadual de Montes Claros (Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro)
Avenida Prof. Rui Braga, s/n – Vila Mauricéia
39401-089 Montes Claros/MG, Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0393-1292>
E-mail: deyvisonsiqueira@yahoo.com.br

David Souza Fernandes

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social / Universidade Estadual de Montes Claros (Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro)
Avenida Prof. Rui Braga, s/n – Vila Mauricéia
39401-089 Montes Claros/MG, Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4153-4842>
E-mail: degasouza@yahoo.com.br